

# Aumento na tarifa será definido hoje pelo governo após revés na Câmara

Busca por alternativas ao maior custo da Circular vem na esteira do adiamento da discussão sobre subsídios na Casa

ANDRÉ FLEURY MORAES

A Prefeitura de Bauru vai definir, nesta terça-feira (5), se haverá ou não a necessidade de aumentar a tarifa do transporte coletivo urbano, em encontro que vai reunir a Secretaria de Negócios Jurídicos (SNJ) e a concessionária responsável pelo setor.

A busca por alternativas vem na esteira de uma decisão da Comissão de Justiça da Câmara, que, através do vereador Coronel Meira (Novo), pediu mais informações sobre o projeto de lei (PL) do governo (PSD) que prorrogaria em seis meses o subsídio de 75 centavos sobre a tarifa, texto agora adiado.

A prefeitura enviou o projeto em cima da hora, a menos de um mês do fim da vigência do benefício, e o texto foi pautado em meio a um mal-estar com a oposição ao deixar de enviar representante na semana passada para uma reunião que discutiria ações preventivas para evitar problemas na rede de energia.

Na prática, a retirada do PL da pauta desta segunda abre caminho para que a tarifa da Circular aumente em 75 centavos – valor que a prefeitura aporta a título de subsídio a cada bilhete pago pelo usuário. Em números, o valor aumenta de R\$ 5,00 para R\$ 5,75. Coronel Meira (Novo) justificou o pedido devido a apontamentos parcialmente contrários à renovação feitos pela Procuradoria da própria prefeitura.



André Fleury Moraes

Em nota, o governo disse que “lamentava que o projeto de lei que prorroga o subsídio do transporte coletivo não tenha sido votado pela Câmara Municipal, por decisão de um vereador, colocando em risco um benefício para a população”.

“Importante destacar que a proposta apenas prorroga o subsídio já em vigor desde o ano passado, e não teria impedimentos para a sua aprovação”, acrescenta.

Um dos integrantes da Procuradoria da prefeitura, no entanto, não vê da mesma forma. O procurador Elton Johnny Petini afirmou em parecer que “os autos [do projeto de lei] não foram instruídos com documentos acerca dos custos operacionais e tributários e tampouco foram juntados estudos e demonstrativos que comprovem, a sociedade, a ocorrência da alça extraordinária”.

A manifestação do órgão consultivo diz, por exemplo, que a prorrogação do subsídio da forma como está o projeto não analisa impasses relacionados ao contrato original com a concessionária.

Entre eles, além disso, a verba recebida pela concessio-

nária na época da pandemia, quando as aulas estavam suspensas, e também a ausência até o momento do pagamento da outorga (contrapartida) prevista em contrato.

A Procuradoria não viu obstáculos à renovação do subsídio desde que superados esses apor-

## IMPASSE

Prefeitura disse lamentar que projeto não tenha sido votado

A prefeita Suellen Rosim (PSD) ao lado do secretário de Negócios Jurídicos, com quem se reunirá nesta terça para discutir subsídio

tamentos – o que não foi feito, disse Meira ao pedir adiamento da discussão sobre o PL. Este era o único projeto na pauta desta segunda-feira, embora haja outros textos em tramitação no Legislativo igualmente sensíveis ao governo. Cada colegiado tem tempo para analisar os processos, prazo que a prefeitura pediu para ser dispensado.

Um outro PL, por exemplo, remaneja mais de R\$ 70 milhões do Orçamento em valor que será utilizado majoritariamente para bancar vencimentos do funcionalismo.

## Mal-estar entre poderes vem desde quarta-feira

A nova crise entre os poderes Legislativo e Executivo de Bauru começou na semana passada em razão de um projeto do governo que remaneja R\$ 74 milhões do orçamento – verba que, segundo a administração, será majoritariamente utilizada para bancar a folha de pessoal.

A prefeitura enviou o texto em cima da hora e pediu para que as comissões dispensassem o prazo a quem têm direito para analisar o PL a fim de agilizar a votação – ameaçando até mesmo atrasar salários caso o texto não passe em tempo hábil.

A vereadora Estela Almagro (PT), relatora da proposta, se comprometeu a ignorar o

prazo e liberar o projeto pela comissão desde que a prefeitura também dispensasse o prazo mínimo para convocar servidores à Câmara (30 dias) e enviasse um representante a uma reunião que discutiria ações para evitar problemas na rede elétrica no período de chuvas, que ocorreria na última quarta-feira (30).

Era um gesto de boa vontade: a parlamentar dispensaria prazos de um lado; a prefeitura, de outro. Mas a administração não quis negociar e afirmou que não enviaria emissários à reunião porque há prazos a serem cumpridos no âmbito das convocações.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Política Pagina: 3